



Câmara instala comissões para analisar propostas de reformas



O presidente do PT, José Genoíno, e o líder da bancada na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), durante entrevista

MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA E NO SISTEMA TRIBUTÁRIO SERÃO DEBATIDAS NAS PRÓXIMAS SEMANAS NA CASA

A Câmara dos Deputados instalou no início de junho as comissões especiais que vão analisar o mérito das reformas da Previdência e tributária. A constitucionalidade das medidas foi aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). No caso da tributária, a votação foi simbólica. Na Previdência, foram 44 votos a favor do texto base e 13 contra.

Cada uma das comissões terá 40 sessões para discutir a proposta e as emendas — que têm de contar com o apoio de 171 parlamentares para serem apresentadas. Após a aprovação, os textos seguirão para duas votações no plenário e depois serão encaminhados ao Senado. O PT indicou os dois relatores: José Pimentel (CE) na reforma da Previdência e Virgílio Guimarães (MG) na reforma tributária.

A comissão especial da reforma tributária foi instalada no dia 4 e já começou a receber sugestões de emendas (*leia texto ao lado*). A comissão especial da reforma da Previdência foi instalada no dia 11, mesmo dia em que cerca de 20 mil servidores públicos fizeram manifestação em Brasília contra a proposta.

Justiça social

A reforma da Previdência tem como objetivo dar início à implantação de um sistema único para trabalhadores da iniciativa privada e para servidores públicos, além de ser uma questão de justiça e inclusão social, ao criar condições, junto com a reforma tributária, de ampliar o acesso de milhões de pessoas à seguridade social — hoje, não têm proteção alguma.

A reforma da Previdência pretende corrigir a grande disparidade existente entre a aposentadoria dos trabalhadores do setor privado — a do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) — e dos servidores públicos dos três níveis de governo, a fim de assegurar sistemas sustentáveis no futuro. Hoje, ambos arrecadam menos do que gastam com o pagamento de benefícios: no INSS, onde dois terços dos beneficiários ganham pelo menos um salário mínimo, o déficit foi de R\$ 17 bilhões em 2002. Já o regime do setor público precisou de R\$ 39 bilhões extras no ano passado.

Uma das medidas incluídas na reforma é a contribuição solidária dos servidores públicos inativos, de 11% acima da faixa de isenção de R\$ 1.058. Por exemplo, quem recebe R\$ 1.200 vai contribuir com 11% apenas sobre R\$ 142 (a diferença entre o valor do benefício e a faixa de isenção). Ou seja, terá um desconto de apenas R\$ 15,62.

Essa contribuição é necessária nas circunstâncias

Tributária recebe 60 emendas

A comissão especial da reforma tributária da Câmara já recebeu cerca de 60 sugestões de emendas, de acordo com informação da *Agência Câmara*. O relator da proposta, o petista Virgílio Guimarães (MG), disse acreditar que as discussões sobre as emendas sejam concluídas neste mês, para que o plenário possa apreciar a proposta em julho. A comissão especial terá prazo de 40 sessões para analisar o mérito da proposta.

No dia 10, aconteceu a primeira reunião da comissão. Foi decidido que as audiências públicas serão definidas de acordo com quatro temas: garantias do contribuinte, competitividade, Estados e municípios. Os convidados seriam definidos em nova reunião.

Para Guimarães, já houve um consenso genérico em torno da reforma tributária. O deputado espera a sintonia em torno dos itens polêmicos e disse que é natural uma triagem sobre as emendas, que segundo ele revelam a complexidade do tema, a adversidade das opiniões, dos interesses e dos direitos.

Para ele, é melhor tentar ampliar, receber as emendas como contribuições e até como desafios para fazer uma reforma mais abrangente. “Tudo que for feito para o avanço e para provar, no tempo e no cronograma previstos, será feito”, afirmou.

atuais, porque a grande maioria dos aposentados do setor público, nas três esferas de governo, contribuiu com quantias módicas ou jamais contribuiu para que, conforme as regras hoje existentes, tenham direito a um benefício igual ao último salário da ativa.

Emendas

O governo federal já afirmou que vai defender a sua proposta de reforma da Previdência, que foi elaborada om os 27 governadores. No entanto, a medida poderá ser rediscutida no Congresso.

A bancada do PT na Câmara, por exemplo, elaborou cerca de 160 emendas à proposta, que estão sendo sistematizadas por uma comissão. As propostas serão agrupadas por contribuição dos inativos, valor das pensões, processo de transição, Previdência complementar e subteto.

Há ônus e bônus, avalia Genoíno

O PT não pode ter crise de identidade por ser governo e vai ter que aprender a conviver com as vaias, afirmou o presidente nacional do PT, José Genoíno, logo após manifestação de servidores públicos contrários à reforma da Previdência em Brasília, no dia 11. “Ser governo tem o ônus e o bônus”, afirmou à *Agência Informes*.

Na avaliação de Genoíno, os servidores exercem direitos legítimos ao tentar defender seus interesses. “Vamos ter conflitos porque não pode-

mos atender a todas as reivindicações dos servidores. É da democracia o conflito”, disse.

Por outro lado, ele destacou a importância dos debates e afirmou que tem reconquistado as pessoas pelo argumento quanto à importância das reformas. Lembrou que a espinha dorsal da proposta faz parte das diretrizes do PT, que é a previdência universal, na qual todo cidadão tem direito a um benefício público, com piso e teto definidos.

Ele ressaltou ainda que a população está entendendo e

concorda com a reforma, especialmente para incluir mais de 20 milhões de pessoas no sistema previdenciário. Duas pesquisas divulgadas recentemente confirmam essa avaliação: levantamento CNT/Sensus apontou que 66% dos entrevistados são a favor da reforma da Previdência e, antes, o Ibope divulgara que a proposta tinha apoio de 78%.

O presidente do PT admitiu, porém, a tensão a que estão sendo submetidos os parlamentares do partido, que estão sob forte pressão. Para

ele, as dificuldades eram esperadas e o mais difícil “já passou”, lembrando a conquista da eleição e a superação das “previsões agourentas”.

Uma delas, segundo ele, questionava a capacidade do governo Lula se impor externamente, e foi debelada com uma “reconhecida e acertada política externa”; outra dizia respeito a uma eventual crise inflacionária; a capacidade de o PT promover alianças, que lhe permitisse a governabilidade, também foi questionada, concluiu Genoíno.



Senadores recebem comissão de sindicalistas, que também teve encontro na Câmara e com o governo federal

Propostas podem ser examinadas, afirma Dulci

O ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência) afirmou, ao receber uma comissão de representantes dos servidores que faziam manifestação em Brasília, que o governo não cederá nos pontos essenciais das reformas.

“Propostas que venham dentro da lógica das reformas e para aperfeiçoá-las podem ser examinadas e debatidas. O governo está aberto a isso. Propostas contrárias à própria ideia de reformar a Previdência e o sistema tributário, que

queiram apenas manter a estrutura atual ou alterar totalmente os critérios e os objetivos das reformas, com essas o governo não concordará”, disse o ministro.

Segundo Dulci, nem ele nem o governo tinham qual-

quer constrangimento com a manifestação de servidores em Brasília, ressaltando ainda que não há temor de uma eventual greve no funcionalismo federal. “A democracia é justamente o direito de que discordem de nós”, destacou.

GOVERNO

Lula: “Tenho consciência de cada passo a ser dado”



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursa durante o congresso da CUT, que ajudou a fundar em 1983

PRESIDENTE COMPARECE AO 8º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, EM S. PAULO, E AFIRMA QUE NÃO FOI POUCO O QUE REALIZOU EM CINCO MESES DE GOVERNO

Luiz Inácio Lula da Silva foi ovacionado pela maioria dos sindicalistas presentes no primeiro dia de atividades do 8º Congresso Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores), realizado no início de junho em São Paulo.

Foi a primeira vez que um presidente da República compareceu a um congresso da central sindical, que acontece a cada três anos e é a instância decisória máxima da entidade, que em 2003 completa 20 anos.

O presidente abriu seu discurso aos sindicalistas reiterando seu respeito àqueles que divergem da condução de seu governo, considerando que essas pessoas “também são parte da família”. “Não foi pouco o que fizemos nestes cinco meses de governo e vamos transformar este país juntos”, disse.

“Tenho certeza de que muitos se afogam não porque não sabem nadar, mas porque ficam nervosos, batem as mãos demais, abrem a boca

demais e bebem água.” Esta foi a analogia que o presidente fez para ressaltar a importância de manter o equilíbrio na condução do governo. “Tenho consciência de cada passo a ser dado e não esqueço nenhuma das coisas que assumi como compromisso, porque não tenho vergonha do que fui.”

Bom senso

O presidente afirmou, ainda, dirigindo-se aos sindicalistas ligados ao funcionalismo público, que o seu governo vai fazer “o mais importante plano de cargos de salários já feito para o setor público” no Brasil. E continuou: “Ninguém vira amigo ou inimigo porque defende as reformas do governo. Não perco o bom senso para confundir divergências de amizades pessoais”, disse ressaltando a importância da autonomia do movimento sindical.

Ao final do discurso, uma parcela radical dos sindicalistas vaiou Lula, que afirmava

naquele momento que fará as reformas que o Brasil precisa. O presidente disse que não se incomodava com as vaias, porque elas seriam tão importantes quanto os aplausos.

“Eu fui vaiado quando propus a criação do PT e depois quando propus a fundação da CUT”, lembrou o presidente. Lula sugeriu que, em vez de fazer faixas contra, os sindicalistas deveriam dizer o que queriam. “Virei a todos os Concuts durante o meu governo e depois dele”, concluiu.

Lula se queixou ainda da forma como a imprensa e a sociedade ignoram a maior parte das realizações do governo. “Quando o marido ou a mulher chega meia hora atrasado depois de 12 horas de trabalho, o companheiro reconhece meia hora de atraso em vez de elogiar pelas 12 horas de trabalho duro”, comparou.

O presidente fez, então, um breve relato das últimas realizações de seu governo. Lula citou o lançamento do

“mais importante projeto para cuidar de doentes mentais já implementado pelo governo federal”. Ele se referia ao “Volta para casa”, que oferece renda à famílias que cuidarem de parentes internados.

Mais empregos

Lula foi muito aplaudido ao citar a transferência da Noruega para o Brasil da construção das plataformas P-51 e P-52, compromisso de campanha para geração de empregos no país. Mencionou ainda o projeto de turismo que, segundo ele, empregará 1,5 milhão de pessoas e a liberação de verbas para a agricultura familiar — R\$ 5,4 bilhões, contra os R\$ 2 bilhões do ano passado.

O presidente destacou ainda que não considera pouco o que seu governo fez pelas relações internacionais no início do seu governo. Ele ressaltou o respeito que conquistou dos países ricos e a liderança que exerce junto aos países em desenvolvimento.

Luiz Marinho assume a presidência da CUT

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, foi eleito presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) com 74,7% dos votos dos 2.632 delegados presentes em São Paulo ao 8º Congresso Naci-

onal da CUT, realizado no início de junho em São Paulo.

O novo vice-presidente da entidade será Wagner Gomes (PCdoB), do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e candidato ao Senado nas eleições de 2002. João Felício,

que ocupava a presidência da CUT, será o novo secretário-geral da entidade. O mandato é de três anos.

Marinho, de 44 anos, é casado e tem dois filhos. É metalúrgico desde julho de 1978, quando ingressou na

Volkswagen em São Bernardo do Campo (SP). Preside o sindicato dos metalúrgicos desde 1996 e, no ano passado, concorreu como vice na chapa do atual presidente do PT, José Genoíno, ao governo do Estado de São Paulo.

OPINIÃO

Os intelectuais e o governo

José Genoíno
Presidente nacional do PT

Intelectuais de esquerda, tradicionalmente ligados ao PT, têm emitido fortes críticas ao rumo do governo Lula. São dois os focos das críticas: a condução da política econômica e a reforma da Previdência. Os intelectuais, de fato, não só no governo Lula, mas em qualquer governo, devem manter sua autonomia em relação ao poder e desempenhar o seu papel, no sentido de produzir teoria e pensamento críticos. Seria desastroso para a reflexão e para a sociedade se os intelectuais se tornassem áulicos do poder.

A crítica, no entanto, embora deva ser sempre livre, pode se tornar estéril e nociva se assumir uma perspectiva meramente destrutiva. Além de lançar as luzes do esclarecimento sobre a realidade e os acontecimentos, a crítica deve ter o intuito de construir alternativas e indicar saídas. Posta neste horizonte positivo, a crítica pode suscitar um debate produtivo no próprio ambiente da intelectualidade, entre os intelectuais e os políticos e entre os intelectuais e outros agentes sociais. Posta de forma destrutiva, a crítica não passará de uma fúria do nada, de um desencanto com o mundo.

Nas críticas dos intelectuais de esquerda ao governo tem se verificado a ambivalência tanto da proposição e do esclarecimento, quanto da destruição. Alguns intelectuais deserdaram, acreditamos que prematuramente, da esperança de que o governo Lula possa construir um caminho de esquerda no Brasil.

A deserção é prematura por várias razões. Em primeiro lugar, é preciso levar em conta a crise de paradigmas em que a própria esquerda se encontra. Com efeito, após o colapso do socialismo autoritário, o pensamento de esquerda não conseguiu construir um núcleo de idéias coerentes e consistentes, capaz de ganhar força política e consistência programática. O contrário ocorreu com o liberalismo conservador, que conseguiu estruturar uma visão de mundo e um programa de reformas que se tornaram hegemônicas no mundo globalizado, no mundo pós-Guerra Fria.

Além do desmoronamento do socialismo autoritário, a esquerda encontra dificuldades de consolidar uma via democrática de atuação, que lhes seja específica. A esquerda européia, por exemplo, adotou o caminho da submissão ideológica ao liberalismo conservador, tornando-se uma variante do mesmo. Governos de esquerda e de centro-esquerda na América Latina ou fracassaram ou encontram dificuldades de viabilização. Os casos mais notórios são os da Argentina e da Venezuela.

É neste contexto de dificuldades que o governo Lula precisa ser avaliado, não só no que ele vem sendo até agora, mas também nas suas tendências futuras. Todos os que têm senso de realidade sabem das condições de grave crise em que o governo Lula encontrou o país e das desconfianças generalizadas que se projetavam sobre a nova administração. Estancar a crise revertendo o seu fluxo e estabelecer condições de confiabilidade no novo governo foram duas condicionalidades a serem enfrentadas de forma imperativa. Sem o enfrentamento e remoção dessas condicionalidades, a governabilidade mínima não estaria garantida. A alternativa a isso seria o aprofundamento da crise e a ingovernabilidade, caminho que se traduziria no fracasso de um experimento da esquerda no seu nascedouro.

Em segundo lugar, é preciso considerar as restrições que o sistema hegemônico global, particularmente o sistema financeiro, impõe aos governos dos países periféricos. Não deve ser novidade para os intelectuais que parte significativa da soberania dos países periféricos encontra-se aprisionada pelo sistema hegemônico vigente. O espaço de manobra desses países e de seus governos é relativamente restrito. Criar um novo caminho para a esquerda democrática implica combater essa hegemonia com uma contra-hegemonia coerente e estruturada, algo que ainda está em definição.

Em terceiro lugar é necessário olhar para a própria correlação de forças internas ao país. Os partidos de esquerda contam com apenas 174 deputados num universo de 513 parlamentares na Câmara. No Senado, são 25 senadores de partidos de esquerda, num total de 81. O PT governa cerca de 180 municípios num total de 5.000, e venceu as eleições em apenas três Estados, que não são os mais importantes da federação.

Com esses parâmetros de realidade, pensar que o governo Lula é um governo de transição para o socialismo é pensar uma ilusão. Até mesmo porque nem sequer os parâmetros do que seja o socialismo estão definidos. O governo Lula pode ser definido como um governo de transição no rumo de quatro grandes objetivos: a retomada do desenvolvimento com a geração de emprego e distribuição de renda, o aprofundamento da democracia, justiça e inclusão social e inserção internacional do Brasil com a redefinição e reconstrução da soberania. Essa transição é lenta e dura. Mas somente seu êxito poderá garantir as perspectivas positivas de viabilização e consolidação de uma experiência inovadora de esquerda no Brasil.

PT NOTÍCIAS CUPOM DE assinatura

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas têm uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____
 Estado _____ CPF _____
 E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
 Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana
 CEP 04117-091 - São Paulo - SP
 Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Genoíno

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte
Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO
Ralph Machado - MTb 21.131

REDAÇÃO
Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO
Rodrigo Zamprogna

FOTOS
Agência Brasil, Agência Senado, Presidência da República e Fernando Ferrelia

SEDE
Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 01019-000
Tel.: (11) 3243-1313
Fax: (11) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br
Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Neo Graf

PARTIDO

PT reúne vereadores e deputados

Candidatos terão curso específico

Todos os candidatos a vereador pelo PT terão de participar de um curso específico dentro de um programa de capacitação municipal que será desenvolvido pela Snai (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais), em parceria com a SNFP (Secretaria Nacional de Formação Política), o GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral) e a Fundação Perseu Abramo.

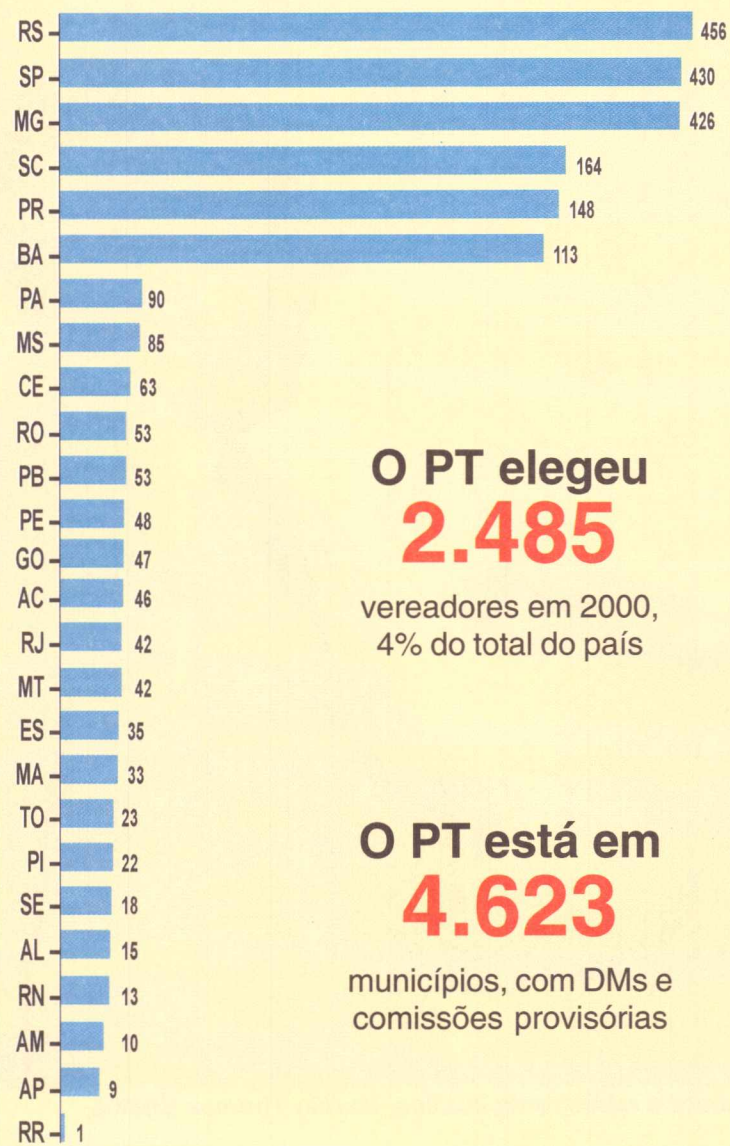
A proposta está sendo preparada pelo subsecretário da Snai para acompanhamento dos vereadores, Gleber Naime, e deve passar pela aprovação do GTE.

Segundo Naime, o principal objetivo político é unificar nacionalmente a campanha e os discursos dos candidatos e, tecnicamente, melhorar as condições de planejamento e estratégia de suas campanhas.

Conforme informou o secretário nacional de Organização e coordenador-geral do GTE, Silvio Pereira, o programa deverá abordar três temas principais: o papel do vereador, o planejamento da campanha, e ações de marketing. O curso também visa dirigentes municipais do PT e coordenadores de campanha.

A idéia é criar uma etapa nacional do programa para preparar capacitados nos Estados e municípios, para iniciar o curso em março. “Queremos multiplicar o número de vereadores do PT, mas com qualidade”, disse Naime.

OS VEREADORES DO PT NOS ESTADOS



O PT elegeu
2.485

vereadores em 2000,
4% do total do país

O PT está em
4.623

municípios, com DMs e
comissões provisórias



Gleber Naime e Paulo Ferreira, durante evento da Snai

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO

DIA 27, SEXTA

10h – Abertura
Coordenação: Paulo Ferreira e Dalva Figueiredo.
Mesa: José Genoíno, Lula e ministros, secretários da Executiva Nacional, presidente da Câmara e líderes no Congresso, governadores, senadores

13h – Almoço

14h30 – Apresentação da Biblioteca Celso Daniel
Coordenação: Snai e Fundação Perseu Abramo

15h – Painel: A Reforma da Previdência
Coordenador: Jorge Bittar
Expositor: Ricardo Berzoini

17h – Painel: A Reforma Tributária
Coordenadora: Marta Suplicy
Expositor: Antônio Palocci

19h – Reuniões dos Setoriais

21h – Atividade Cultural

DIA 28, SÁBADO

10h – Apresentação do Programa Fome Zero
Coordenadora: Marlene Rocha
Expositor: José Graziano

10h30 – Apresentação do Processo de Construção do PPA
Coordenadora: Dalva Figueiredo
Expositor: Luiz Dulci

11h – Eleições 2004
Coordenador: Paulo Ferreira.
Expositores: José Genoíno e Silvio Pereira

13h – Almoço

15h – Organização dos Vereadores e dos Deputados Estaduais
Coordenação: Snai e Snaf

17h – Encerramento

LOCAL: Blue Tree Park Hotel, Brasília

SEGUNDO ENCONTRO NACIONAL OCORRE NOS DIAS 27 E 28 PARA AUMENTAR A APROXIMAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL

Nos próximos dias 27 e 28 de junho, o PT realiza, em Brasília, o 2º Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais. São esperados os 2.485 vereadores e os 159 deputados estaduais filiados ao PT. O objetivo principal é possibilitar a esses parlamentares um contato direto com o governo federal, permitindo uma melhor compreensão sobre as reformas e os programas em implantação no país.

O evento também deve contar com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de ministros, governadores, senadores e líderes do partido no Congresso. A reunião servirá, ainda, para iniciar os debates sobre as eleições 2004 e avançar na organização dos vereadores na Snai (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais) e dos deputados estaduais na Snaf (Secretaria Nacional de Assuntos Federativos).

“A presença de todos é muito importante neste momento histórico. Será o maior evento do PT no ano de 2003”, diz Paulo Ferreira, secretário nacional de Assuntos Institucionais.

Segundo Dalva Figueiredo, secretária nacional de Assuntos Federativos, a articulação dos deputados na reunião enfocará maneiras de eles encamparem os projetos do governo federal e ampliarem a interlocução com a sociedade. “Queremos ter líderes do governo Lula nas Assembléias Legislativas. Os deputados federais do PT serão a voz do governo federal nos Estados”, afirma Dalva.

De acordo com ela, também serão discutidas no encontro formas de os deputados ajudarem no crescimento das bancadas de vereadores petistas nas eleições de 2004.

Estratégias

Nesse encontro, a Snai pretende debater estratégias para aumentar a capilaridade do partido nos municípios, por meio do fortalecimento da rede de vereadores a serem eleitos pelo PT no próximo ano. O partido tem 2.485 vereadores (eleitos em 2000, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral), o equivalente a aproximadamente 4% dos vereadores do país.

Segundo Gleber Naime, subsecretário da Snai para acompanhamento dos vereadores, a intenção é de, no mínimo, triplicar esses números, alcançando cerca de 7.500 a 8.000 vereadores. “Essa meta é muito possível porque tomamos como base o crescimento do partido no país inteiro e a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, afirmou.

De acordo com Silvio Pereira, secretário nacional de Organização do PT e coordenador-geral do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral), o objetivo

é eleger, ao menos, um vereador em cada município em que o PT está organizado — por enquanto, o partido tem diretórios municipais ou comissões provisórias em 4.623 cidades do país. “O número de vereadores está muito aquém do nosso potencial. Precisamos fortalecer essa rede para garantir sustentação ao governo Lula em todo o território”, disse Pereira. No encontro, será lançada uma campanha de massa em defesa das reformas do governo Lula.

Campanha

O secretário de Organização lembra que, durante o encontro, os vereadores também serão informados de que será realizada uma campanha nacional institucional específica para os candidatos a vereador pelo PT, com cartazes, folhetos, vídeos e peças publicitárias que servirão para todos os municípios do país.

Além disso, um projeto conjunto da Snai, do GTE, da SNFP (Secretaria Nacional de Formação Política) e da Fun-

dação Perseu Abramo está organizando um curso de capacitação para dirigentes municipais e vereadores. Os candidatos a vereador pelo PT de todo o país serão obrigados a atender esse curso

(leia texto nesta página).

Programação

O programa do encontro inclui painéis em que serão apresentadas as reformas da Previdência (pelo ministro da pasta, Ricardo Berzoini) e tributária (pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci).

O ministro da Segurança Alimentar, José Graziano, fará a apresentação do programa Fome Zero, e o ministro Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência) discutirá o processo de construção do PPA (Plano Plurianual), que prevê os investimentos do governo federal para 2004-2007 — o primeiro na história do país a ser elaborado após discussões com a sociedade. Também haverá reuniões específicas de cada setorial do PT.

Como participar

As inscrições para o 2º Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais do PT devem ser feitas até o dia 20 pelo **Portal do PT** (www.pt.org.br), na página da Snai, ou pelos tels. 0/xx/11/3243-1390 ou 3243-1389.

Os participantes também devem fazer suas reservas no Hotel Blue Tree Park, onde o evento será realizado (tel. 0/xx/61/424-7000). O PT negociou o valor da diária em quarto duplo a R\$ 70 por pessoa. Quem preferir ficar sozinho pagará diária de R\$ 140. O Diretório Nacional vai arcar com os custos de dois almoços e três “coffee breaks”.

Sorg elabora estratégias para 2004

A Sorg (Secretaria Nacional de Organização do PT) reuniu, nos dias 2 e 3 de junho, os secretários estaduais de Organização do PT dos 26 Estados e do Distrito Federal. A reunião, que ocorreu na sede do Diretório Nacional, em São Paulo, definiu uma série de estratégias para a preparação do partido rumo às eleições 2004.

Uma das medidas definidas é a realização de uma campanha nacional de filiação, que visa expandir de 420 mil para pelo menos 600 mil os filiados ao PT até junho do próximo ano, quando as campanhas municipais estarão tomando as ruas do país com mais intensidade.

Durante a reunião, foram definidas metas de expansão por Estados. “Aqueles que têm menor índice de filiados por mil eleitores podem se comprometer com metas mais desafiadoras, já que têm mais espaço para crescer”, disse Silvio Pereira, secretário de Organização do PT e coordenador-geral do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral).

Qualidade

Ele ressaltou, no entanto, que não basta filiar indistintamente. “É preciso ter qualidade”, disse. Por isso, a reunião da Sorg discutiu os critérios que o pretendente a filiado deve preencher e a adoção de um programa de formação,

com cursos, debates etc.

Os secretários da Sorg discutiram também a realização de uma campanha de organização do PT em novos municípios, bem como os critérios que os grupos de filiados devem ter para que estejam aptos a virar uma comissão provisória.

Os principais alvos, segundo Silvio Pereira, são aquelas cidades em que o PT teve um bom desempenho nas últimas eleições sem que o partido esteja organizado. Para isso, será realizado um balanço das últimas votações (para presidente, governador, prefeito, vereador, deputado federal e estadual) em cada município. “Nossa intenção é

ter o PT organizado em 90% dos municípios, o que equivale a 96% do eleitorado brasileiro”, afirmou Pereira.

Mobilização

A organização do processo eleitoral, com a realização de eventuais prévias onde for necessário, também foi tema de debate no encontro. A Comissão Executiva Nacional do PT aprovou uma resolução que institui os dias 4 e 5 de outubro como Dias Nacionais de Mobilização para as Eleições 2004. Nessas datas, os municípios deverão se organizar para realizar plenárias, debates, caminhadas e festas envolvendo os filiados e simpatizantes do partido.

Partido prepara censo nacional

Com o objetivo de conhecer toda a máquina petista no país, a Sorg (Secretaria Nacional de Organização do PT), em parceria com a Snai (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais), vai promover um censo nacional que fará um diagnóstico das 4.623 instâncias do partido e de mais de 40 mil dirigentes.

O censo, que será lançado no próximo dia 23 durante reunião da Comissão Executiva Nacional, terá duração de

três meses e visa aumentar o grau de conhecimento sobre o partido para aumentar seu poder de fogo nas eleições.

“Temos um grande exército e nem sempre sabemos quem são”, afirmou Silvio Pereira, secretário nacional de Organização do PT e coordenador-geral do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral).

O levantamento será de responsabilidade de cada instância partidária. O Diretório Nacional deverá colher infor-

mações sobre os parlamentares e dirigentes do âmbito federal, e assim por diante. Os Diretórios Estaduais e Municipais terão uma senha para incluir dados pela internet.

Serão atualizados os dados cadastrais dos diretórios e dos dirigentes (endereços, telefones, e-mails etc.). Em relação aos DMs, o levantamento mostrará quais têm sede própria ou alugada; qual o número de funcionários; se têm computadores e dirigentes

profissionalizados; se têm aparelhagem de som; qual a estrutura de comunicação etc. Os dados serão utilizados no planejamento de ações para a campanha eleitoral de 2004.

Em relação aos dirigentes, terão de ser informados dados como a data de nascimento, profissão, grau de instrução, etnia e religião, entre outros. O censo atingirá governos e governantes (até o segundo escalão), parlamentares e cargos de confiança.

S E G U R A N Ç A

Plano ataca lavagem de dinheiro

**GOVERNO LULA
FAZ PACOTE PARA
COMBATER CRIME
ORGANIZADO**

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, anunciaram dia 10 de junho, em Brasília, medidas para o combate à lavagem de dinheiro no Brasil. São quatro decisões administrativas, das 12 que devem ser implementadas nos próximos três meses.

A iniciativa pretende combater crimes e facilitar a repatriação de recursos desviados para o exterior, como aconteceu em vários casos recentes: o do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) de São Paulo, que envolve o juiz Nicolau dos Santos Neto, o do ex-prefeito paulistano Paulo Maluf (PP), acusado de desviar recursos de obras e de ter dinheiro no paraíso fiscal da ilha de Jersey, dos fiscais do Rio de Janeiro que depositaram recursos na Suíça, o do Banestado (Banco do Estado do Paraná), que envolve políticos e empresários com contas nos EUA e deve ser alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara.

Uma das principais medidas anunciadas é a criação de um departamento vinculado à Secretaria Nacional de Justiça, para recuperação de ativos provenientes de atividades criminosas. Bastos lembrou que atualmente não existe qualquer órgão administrativo que trate da recuperação de ilícitos e destacou ainda que o novo departamento poderá acompanhar investigações.

Também foi anunciado que um representante do Ministério da Justiça terá assento no Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão do Ministério da Fazenda a quem compete apurar as suspeitas de casos de lavagem de dinheiro. O Coaf também será modernizado e fortalecido com novos funcionários.

Cadastro geral

O Banco Central, por sua vez, vai manter um cadastro geral de correntistas, o que dispensará a necessidade de aviso circular aos bancos e instituições financeiras, toda vez que o Coaf detectar suspeita de lavagem de dinheiro.

Hoje, quando o Coaf ou qualquer outro órgão de investigação requisita informações para identificar contas correntes, o BC tem de emitir uma circular para todas as instituições a fim de que sejam fornecidas as informações sobre o suspeito. Meirelles lembrou que, na maioria dos casos, o suspeito fica sabendo que está sendo investigado e logo retira os recursos do banco, antes que os dados sejam transmitidos ao BC e ao Coaf.

Retiradas ou depósitos em espécie, além do provisionamento para saque acima de R\$ 100 mil, também deverão ser comunicados pelos bancos ao BC. Para cada uma dessas operações, os bancos precisarão informar os dados do correntista e do beneficiário dessas operações, tais como nome, CPF ou CNPJ, número do banco, da agência e da conta movimentada.

As informações ficarão retidas ao Banco Central e,



O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, cumprimenta o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos

portanto, todas as garantias do sigilo bancário continuarão mantidas. A medida será implementada por meio de carta circular do BC aos bancos.

Outras iniciativas

Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Banco

Central, Casa Civil, Advocacia Geral da União, Receita Federal, Polícia Federal e Ministério Público trabalham na elaboração do plano, que tem ainda medidas em estudo.

Entre elas estão a proposta de bloqueio administrativo de recursos ilícitos. O gover-

no pretende enviar ao Congresso um projeto de lei que prevê a instituição do bloqueio administrativo (sem autorização judicial) por 15 dias de contas suspeitas, a ser decretado pelo BC a pedido do Coaf. Esse bloqueio poderá ou não ser mantido pela Justiça.

Além disso, o governo planeja uma ofensiva contra os bingos irregulares, promover a requalificação de policiais federais, com cursos de rastreamento financeiro e ampliar os tratados internacionais que facilitem a localização e a repatriação de recursos.

Estados adotam gestão integrada

O Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública já está em funcionamento no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, três dos nove Estados que aderiram ao Susp (Sistema Único de Segurança), lançado pelo governo Lula. Segundo o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, essa é uma das principais formas de colocar em prática a integração das ações policiais, proposta no Susp para tornar mais ágil e eficiente o trabalho de combate ao crime no país.

“O esforço de promover essa articulação dá muita agilidade ao processo, permite que as informações sejam compartilhadas, que as estratégias sejam unificadas, e que nós passemos a compartilhar pautas de ação comum, além da ajuda mútua, sempre que necessário, na própria ação”, destacou o secretário em entrevista à *Radiobrás*.

Cada gabinete é integrado por representantes da Secretaria Estadual da Segurança Pública, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das Polícias Civil e Militar, das guardas municipais, além de membros do Ministério Público e Poder Judiciário. Porém, a proposta do governo federal é que nenhum desses órgãos tenha mais voz que os outros no gabinete.

“Caberá a esse comitê definir, de forma consensual, as ações de combate à criminalidade, sem disputas por protagonismo. Estamos absolutamente convencidos de que isso não nos trará dificuldade, seremos perfeitamente capazes de caminhar no consenso”, afirmou o secretário.

Reforma

Essas medidas fazem parte de uma ampla reforma na área de segurança pública, que terá seis diretrizes: a valorização e formação profissional; gestão do conhecimento; reestruturação institucional; estruturação e modernização da perícia; e prevenção, além do controle externo e participação social.

No que se refere ao primeiro ponto, Soares disse que é preciso oferecer aos policiais uma educação básica uniforme, por meio de um currículo nacional, além da capacitação e do treinamento con-

tinuado. As propostas também incluem ações de combate aos policiais corruptos, que, segundo Soares, correspondem a uma infiltração do crime na instituição pública.

“Esse combate deve envolver a sociedade, os governos, e os próprios policiais, para que possamos separar o joio do trigo e salvar as nossas instituições”, observou Soares, que destacou a necessidade de controle externo da atividade policial, por meio de ouvidorias independentes e de corregedorias unificadas.

“Todas as instituições democráticas têm que se subme-

ter a controle externo, de forma transparente. No caso das polícias, precisamos desse controle para recuperar a imagem das polícias e fazer com que elas se tornem confiáveis, porque sem a confiança social não haverá eficiência”, disse Soares.

Revolução

O secretário também destacou a importância de se investir na qualificação da informação e dos dados e na organização do material levantado em investigações. “De tal forma que os gestores da segurança pública possam conhecer o que está acontecendo para que, a partir do diagnóstico adequado sobre sua área de atuação, seja possível a elaboração de um plano racional de ação, que produza resultados”, afirmou.

Para Soares, faltam às polícias estaduais instrumentos de gestão, o que faz com que as corporações atuem, muitas vezes, por inércia e de modo fragmentário. Por isso, disse, é necessária a reestruturação dos instrumentos de gestão. “Essa revolução gerencial vai fazer com que a competência dos policiais possa render muito mais na luta contra o crime.”

Na prevenção, o secretário lembrou que muito jovens em situação de risco — sem acesso à educação, ao mercado de trabalho e à cidadania — são recrutados pelo tráfico de drogas, o que requer ações que ofereçam oportunidades alternativas. “Isso envolve políticas públicas, recursos, empregos, apoio às famílias, educação e lazer, mas também valorização e afeto”, concluiu.

RS inicia mudanças na Justiça

O Rio Grande do Sul passou a contar, desde o último dia 9, com a primeira Vara Federal de Justiça do Brasil especializada em crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem de dinheiro. O órgão foi instalado em Porto Alegre. Na região Sul, também foram criadas varas semelhantes em Curitiba e em Florianópolis.

Além da nova atribuição, a 1ª Vara Criminal de Porto Alegre manterá a competência para execução penal e para processos do juizado especial criminal. Ela poderá processar e julgar os casos de lavagem de dinheiro ocorridos em todo o território gaúcho.

Uma comissão, formada por representantes dos três Poderes e criada em setembro passado, estudou durante quatro meses a aplicação da Lei 9.613/98, que define o crime de lavagem de dinheiro, e entre as propostas que elaborou, está a especialização de varas para julgar esses crimes.

O Conselho da Justiça Federal aprovou, em 12 de maio, uma resolução determinando que os cinco Tribunais Regionais Federais do país implantassem varas desse tipo em 60 dias. Como não há recursos para a criação de novas varas, as seções judiciárias federais em cada Estado vão especializar uma de suas varas já existentes.

Complexidade

A decisão de implementar a medida considerou as dificuldades de processamento desses delitos, devido à peculiaridade e à complexidade deste tema.

Dados de organismos internacionais indicam, por exemplo, que o movimento financeiro do crime organizado — como quadrilhas que praticam narcotráfico, contrabando de armas, seqüestro e terrorismo — chega a R\$ 10 bilhões, principalmente por meio da lavagem de dinheiro.

Quando os atos delituosos forem praticados em mais de um Estado — o que é muito comum quando se trata de grandes organizações criminosas —, será competente para julgá-los a vara especializada que primeiro tiver conhecimento dos fatos. As ações penais que já estão em tramitação na Justiça Federal não serão redistribuídas para os novos órgãos.

Resultados

A Justiça Federal também levou em conta que a especialização de varas federais em determinados tipos de crimes tem sido positiva, com melhoria na qualidade e na rapidez dos julgamentos. No TRF da 4ª Região, que abrange os três Estados do Sul, já há, por exemplo, varas especializadas em execução fiscal, Previdência, questão agrária e Sistema Financeiro de Habitação.



Luiz Eduardo Soares, secretário nacional de Segurança

Elza Fiuza/ABR

Genésio Baptista/ABR